

A edição deste texto foi realizada pelo Professor Daniel José da Silva, do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina (SIAPE 1156856) a partir dos originais construídos em cada etapa do processo participativo do Comitê, disponíveis em arquivos específicos no site: [riomais20sc.ufsc.br](http://riomais20sc.ufsc.br).

## DEMANDAS CIVILIZATÓRIAS DO PROCESSO DE FACILITAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE À RIO+20

### SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> ( <i>par. 1 a 5</i> ) .....	<b>2</b>
<b>2. AGUA E SANEAMENTO</b> ( <i>par. 6 a 20</i> ) .....	<b>3</b>
<b>3. PLANEJAMENTO E TERRITORIO</b> ( <i>par. 21 a 42</i> ) .....	<b>5</b>
<b>4. EDUCAÇÃO E CULTURA</b> ( <i>par. 43 a 59</i> ).....	<b>8</b>
<b>5. AGRICULTURA</b> ( <i>par. 60 a 78</i> ) .....	<b>11</b>
<b>6. ECONOMIA VERDE</b> ( <i>par. 79 a 93</i> ) .....	<b>13</b>
<b>7. GOVERNANÇA</b> ( <i>par. 94 a 100</i> ) .....	<b>15</b>
<b>8. SÍNTESES TRANSVERSAIS</b> ( <i>par. 101 a 125</i> ) .....	<b>16</b>
<b>9. ACORDO INICIAL DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ</b> .....	<b>24</b>
<b>10. AS TRÊS ÉTICAS DA SUSTENTABILIDADE</b> .....	<b>25</b>

# 1. INTRODUÇÃO.

1. Este é o documento final que reúne as sínteses das Demandas Civilizatórias dos seis Diálogos Sociais Temáticos realizados pelo Comitê em Florianópolis, Araranguá, Lages e Joinville, além de reuniões em Chapecó, Brusque e Itajaí. O conteúdo é apresentado na forma de parágrafos numerados de forma a facilitar a localização e a referência. Os parágrafos estão reunidos em dois conjuntos, um de desafios e outro de soluções. Para os dois primeiros Diálogos foram produzidas sínteses gerais das demandas.
2. Esses seis Diálogos foram precedidos de uma reunião inicial sobre o tema do Desenvolvimento Sustentável, no qual foi apresentado e trabalhado com os participantes o texto sobre as três éticas da sustentabilidade bem como firmado o Acordo Inicial da participação cidadã no processo. Esses textos estão ao final das Sínteses.
3. Todo o trabalho de realização dos Diálogos foi coordenado e executado por uma equipe de jovens estudantes cuja identificação está disponível nos sites do Comitê ([riomais20sc.ufsc.br](http://riomais20sc.ufsc.br)) e do GTHidro/ENS/UFSC ([gthidro.ufsc.br](http://gthidro.ufsc.br)), grupo de pesquisa responsável pela metodologia e condução científica do processo.
4. O Comitê Catarinense da Rio+20 é um Projeto de Extensão oficial da UFSC, aprovado pelo Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental e registrado no Sistema de Extensão da UFSC.
5. Ao final do processo participativo em Santa Catarina foi identificado um conjunto de três sínteses transversais. Essas sínteses foram levadas aos eventos da Rio+20 no Rio de Janeiro, através da participação direta dos membros do Comitê nas atividades da Cúpula dos Povos e Major Groups das Nações Unidas.

## DEMANDAS CIVILIZATÓRIAS DO DIÁLOGO SOCIAL SOBRE:

### 2. AGUA E SANEAMENTO.

#### DESAFIOS:

6. Despertar a consciência da sociedade para a responsabilidade, respeito e cuidado com a água, reconhecendo-a como um bem comum da humanidade e de importância vital para todas as formas de vida.
7. Tornar efetiva as legislações federais que tratam os processos de gestão da água e do saneamento - Política Nacional de Recursos Hídricos 9.433/97, Política Federal de Saneamento 11.445/07 e Política Nacional de Resíduos Sólidos 12.305/10.
8. Mobilizar as comunidades locais para uma participação ativa na gestão social da água; evitando o desperdício.
9. Licitações de execução das obras de saneamento devem levar em consideração não só os preços, mas também as condicionantes ambientais de cada região.
10. Atividades de produção, tais como agricultura intensiva e o uso de agrotóxicos, as condições do trabalho rural, a exploração do carvão no sul de Santa Catarina e a degradação que causam nas nascentes, matas ciliares e demais áreas de proteção permanente necessitam de muita atenção e cuidado imediato.

#### SOLUÇÕES:

11. Implementar a Educação Ambiental em todos os níveis de forma transdisciplinar; incluindo a educação familiar, escolar, social, política.
12. Capacitar a sociedade civil e os membros dos comitês sociais nas políticas públicas para sua participação efetiva, garantindo a aplicação dos instrumentos previstos nas Leis.
13. Oferecer programas de incentivo ao desenvolvimento de tecnologias limpas e tecnologias sociais de uso sustentável da água e de saneamento descentralizado, contribuindo para um ajustamento de conduta preventivo.
14. Criar um banco de experiências e melhores práticas de tecnologias sustentáveis e sociais e informações aberto e acessível à comunidade.
15. Elaborar políticas públicas de incentivo a produtores rurais, indústrias e estabelecimentos que adotem tecnologias limpas e efetivas reduções do uso da água e de outros recursos.

**SÍNTESES DAS DEMANDAS CIVILIZATÓRIAS DO TEMA AGUA E SANEAMENTO  
LEVADAS À CÚPULA DOS POVOS E RIO+20.**

16. Implementar a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino de forma transdisciplinar; incluindo a educação familiar, escolar, social, profissional e política, de crianças, jovens e adultos, de forma a construir uma consciência humana para a responsabilidade, respeito e cuidado com a água, reconhecendo-a como um bem comum da humanidade e de importância vital para todas as formas de vida e de economia.
17. Capacitar a sociedade civil e os membros dos comitês sociais nas políticas públicas relativas à água e saneamento para sua participação qualificada na implementação das legislações federais, estaduais e municipais que tratam dos processos de planejamento e gestão da água e do saneamento garantindo a aplicação efetiva dos instrumentos previstos nas Leis.
18. Mobilizar as comunidades locais para uma participação ativa na gestão social da água oferecendo programas de incentivo a aplicação e desenvolvimento de tecnologias limpas, sociais e de uso sustentável da água e do saneamento, contribuindo para um ajustamento de conduta preventiva das atividades econômicas.
19. Criar um banco de experiências e melhores práticas de tecnologias sustentáveis e sociais para a gestão da água e do saneamento acessível às comunidades e as empresas do setor que participam de licitações e execução de obras de forma a considerar as condicionantes ambientais de cada região bem como uma economia de experiência e melhores práticas e não somente de preços.
20. Elaborar políticas públicas municipais de incentivo a produtores rurais, indústrias e estabelecimentos que adotem tecnologias apropriadas para o cuidado imediato das nascentes e matas ciliares desprotegidas, e demais áreas de proteção permanente e efetivas reduções do uso da água, da poluição, da degradação da natureza e da melhoria das condições do trabalho rural, especialmente nas atividades de agricultura intensiva, uso de agrotóxicos e exploração do carvão.

### 3. PLANEJAMENTO E TERRITÓRIO

**DESAFIOS:**

21. Promoção da educação para cidadania em todos os níveis, com o objetivo de fomentar a consciência política e incentivar a participação social qualificada para defesa dos interesses locais.
22. Elaborar Planos Diretores que garantam o processo participativo e mobilizem e promovam o empoderamento das comunidades para a participação qualificada.
23. Motivar politicamente a implementação dos projetos de Unidades de Conservação já existentes e os que venham a ser apontados.
24. Mudar o padrão civilizatório atual (postura cidadã): indiferença, individualismo, ganância, consumismo, desordenado, conciliando com a manutenção dos demais ciclos de vida. Considerar indicadores de desenvolvimento que levem em conta as questões sociais e ambientais. Necessidade de respeitar a capacidade de suporte dos ambientes.
25. Considerar a mobilidade como um bem comum.
26. Planejamento integrado de ações em longo prazo. Necessidade de que o território seja pensado de forma a integrada entre campo e cidade.
27. Vencer o problema da apropriação humana da terra, a qual gera danos e degradação da terra.
28. Considerar igualmente as esferas ambiental, econômico e cultural. Respeitar a pluralidade e diversidade cultural local.
29. Buscar novas fontes energéticas renováveis. Promover autonomia dos modelos habitacionais e seu aproveitamento eficiente dos recursos - água, energia, resíduos sólidos e efluentes líquidos.

## **SOLUÇÕES:**

30. Promover a educação para cidadania através do acesso à informação por todos os meios de comunicação que respondam as demandas locais e promovam o reconhecimento do território e criação de uma identidade cultura sustentável. Facilitar o acesso à linguagem específica dos problemas e promover o entendimento das leis, para que o cidadão possa participar qualificadamente dos processos de tomada de decisão. A universidade deve colaborar no desenvolvimento local, trazendo tecnologias úteis para os problemas locais.
31. Criação de uma agenda entre os diferentes setores, público e privado, com um foco comum: sustentabilidade, sendo um instrumento que facilitaria a cobrança dos compromissos assumidos.
32. A participação social no planejamento territorial das localidades pode ser alcançada por meio da criação de espaços participativos. Introduzir os parques com infraestrutura para a prática de atividades ao ar livre dentro dos centros urbanos, quebrando o clima cinza predominante nas cidades.
33. Limitar a ocupação de espaços que necessitam de preservação. O licenciamento de novas construções deve ser repensado para sua real necessidade não só economicamente, mas também ambiental e socialmente. O planejamento da cidade deve prever, portanto, um ponto de saturação, um limite de ocupação de certos espaços, através de previsão e projeção do crescimento populacional em harmonia com a ocupação do território.
34. Criar novas regiões urbanizadas, bioconstrução. Centros de educação e cultura descentralizados.
35. Criar alternativas para transporte urbano que se interliguem. Bicicletas-metrô-caminhada-automóvel.
36. Promover uma mudança de indicadores de desenvolvimento, considerando além do PIB, já existe novos indicadores. Essa base de dados não deve ficar somente nas mãos do governo, promover acesso da população.
37. Reconstruir a relação campo-cidade, com o objetivo é de diminuir o raio de dependência das cidades, pois as cidades precisam de diversos recursos e serviços vindos de locais muito distantes; e proporcionar autonomia às cidades. Descentralizar urbanização. Promover êxodo urbano ordenado, contando com atrações para as áreas agrícolas, as quais devem contar com infraestrutura, como saúde e educação para receber ocupação.

**SÍNTESES DAS DEMANDAS CIVILIZATÓRIAS DO TEMA *PLANEJAMENTO E TERRITÓRIO* LEVADAS À CÚPULA DOS POVOS E RIO+20.**

38. Promover a educação para a cidadania em todos os níveis educacionais, com o objetivo de fomentar a consciência política e incentivar a participação social qualificada dos jovens e cidadãos na defesa dos interesses locais–globais e na criação de uma identidade cultural sustentável para o planejamento e a gestão do território.
39. Motivar os jovens e adultos para uma mudança da cultura civilizatória atual marcada pela prática da indiferença, do desamor, do individualismo, da ganância, do consumismo e da falta de limite. Considerar indicadores de desenvolvimento humano que levem em conta as questões sociais, ambientais e espirituais, incluindo o respeito à capacidade de suporte dos ecossistemas e a manutenção dos demais ciclos naturais de nutrientes da vida.
40. Garantir que os processos de elaboração de Planos Diretores sejam participativos, pedagógicos, mobilizadores, motivadores e promotores do empoderamento das comunidades para sua participação estratégica e qualificada. Respeitar a pluralidade e a diversidade das culturas e natureza locais no planejamento e gestão do território. Motivar política e pedagogicamente os jovens e adultos para a implementação das Unidades de Conservação já existentes e as que venham a ser criadas. As universidades devem atuar no desenvolvimento local, levando conhecimentos e tecnologias úteis para as comunidades.
41. Planejamento integrado de ações em longo prazo. Necessidade de pensar o território de forma integrada entre o campo e cidade. Considerar as esferas ambiental, econômico e cultural. Considerar a mobilidade como um bem comum. Criação de uma agenda entre os diferentes setores, público, social e privado, com um foco comum: a sustentabilidade. A participação social no planejamento territorial das localidades pode ser alcançada por meio da criação de espaços participativos. Introduzir os parques com infraestrutura para a prática de atividades ao ar livre dentro dos centros urbanos, quebrando o clima cinza predominante nas cidades. Criar alternativas para transporte urbano que se interliguem. Bicicletas-metrô-caminhada-automóvel.
42. Buscar novas fontes energéticas renováveis. Promover autonomia dos modelos habitacionais e seu aproveitamento eficiente dos recursos - água, energia, resíduos sólidos e efluentes líquidos. Vencer o problema da apropriação humana da terra, a qual gera danos e degradação da terra. Reconstruir a relação campo-cidade, com o objetivo de diminuir o raio de dependência das cidades. Aumentar a autonomia das cidades reduzindo sua dependência aos diversos recursos e serviços vindos de locais muito distantes. Descentralizar e integrar a urbanização. Promover o êxodo urbano em direção a zonas rurais, as quais devem contar com infraestrutura, atendimento a saúde e educação.

## 4. EDUCAÇÃO E CULTURA

### DESAFIOS:

43. Como valorizar as características locais, culturais e ambientais na educação formal e não formal integrando as educações familiar e escolar na perspectiva de uma **educação e cultura contextualizadora**?
44. Como implementar o **tema da sustentabilidade** nos diversos itinerários formativos das organizações e instituições de educação e cultura, construindo uma coerência entre valores éticos e ações práticas e entre conhecimento e experiência das pessoas (educadores, educandos e comunidade) tendo a degradação dos ambientes locais e mundial como parâmetro de realidade?
45. Como aproveitar a **perspectiva civilizatória da sustentabilidade** para experimentar uma transcendência dos atuais currículos lineares e disciplinares com especializações crescentes e fragmentadas para currículos mais integrados e transdisciplinares com cognições e complexidades abertas?
46. Como utilizar os **resultados da Rio+20 de forma pedagógica** através dos princípios e instrumentos da Educação Ambiental (conforme estabelecido na Lei Federal n. 9.795/99), considerando os problemas sociais emergentes, na perspectiva dos princípios, valores e melhores práticas da sustentabilidade de forma a contribuir com a transição deste atual modelo cultural e educacional marcado pela indiferença como meio e por um produtivismo como fim de todas as coisas?
47. Como realizar uma **formação mais humana e humanizadora das pessoas** com uma visão crítica e ao mesmo tempo amorosa que permita tanto a superação das cegueiras do conhecimento como a valorização de uma educação dos sentidos e o exercício ativo de uma cidadania responsável e cuidadosa com as pessoas e a natureza?
48. Como consolidar uma **política pública permanente de valorização dos profissionais da educação e da cultura**, a começar por seus salários, com o estímulo à formação continuada, incluindo os aposentados e pensionistas, com a valorização dos conselhos gestores para a mediação permanente de conflitos e avaliações de resultados, de forma a incluir as perspectivas éticas e práticas da cultura da sustentabilidade, tais como a paz, o respeito e a felicidade?

## **SOLUÇÕES:**

49. Implementar políticas públicas de valorização dos profissionais da Educação, garantindo a participação representativa da comunidade escolar na elaboração dos Projetos Políticos-Pedagógicos (PPPs) e a efetivação do funcionamento dos Conselhos Escolares conforme estabelecido pela legislação;
50. Ampliar os projetos de extensão das Instituições de Ensino Superior para as Escolas Básicas, promovendo Programas de Capacitação de Profissionais da Educação e readequar os cursos de formação inicial e continuada de educadores;
51. Implementar com urgência programas de inclusão dos conteúdos, temáticas e resultados da Rio+20 e Cúpula dos Povos nas redes de ensino de Santa Catarina.
52. Buscar a participação direta dos meios de comunicação de massa em programas e campanhas educativas de educação ambiental com relevantes temáticas socioambientais, em horários de grande abrangência.
53. Construir e vivenciar éticas que nos levem ao compromisso com a sustentabilidade. A educação deve ser transversal, pois ela participa da construção do ser humano. Integrar todas as áreas do conhecimento. Educação transdisciplinar.
54. Promover o diálogo do modelo atual de educação com novas abordagens, metodologias e teorias de construção de conhecimento e aprendizagem que permitam a valorização do amor e do respeito. Uma Educação baseada no respeito ao outro, no a natureza, ao amor, ao Planeta, ao Universo.
55. Estimular a autonomia do estudante, valorizando o aprendizado através de vivências, não apenas das práticas educativas convencionais. A educação deve focar todas as facetas da experiência humana, não só o intelecto racional e as responsabilidades de vocação e cidadania, mas também os aspectos físicos, emocionais, sociais, estéticos, criativos, intuitivos e espirituais inatos da natureza do ser humano, ou seja, a educação para a sustentabilidade deve ser uma educação holística.
56. Observar e aprender com o ambiente, criando uma conexão com Terra, a sustentabilidade emerge a partir da sinergia entre os seres que compõem o ecossistema. Do equilíbrio, emerge a sustentabilidade. Estar bem consigo mesmo e saciar a sua busca interior, e como consequência disso transcender o seu saber e compreender o outro. Respeito à diversidade, compreender o humano e suas relações para atingir a sustentabilidade.
57. Valorizar o planejamento como instrumento de progresso acompanhado da Educação. A Educação como um bem público essencial para a cidadania e a mobilidade social e a inclusão, além de estratégico para o país, ou um serviço mercantil de valor agregado.

58. Promover uma reflexão sobre o Ensino Médio e o Ensino Superior, os mesmos necessitam mudar, pois da maneira como tem se constituído representam/ocasionam um “apartheid informal” no qual a seleção é feita pelo poder econômico. O currículo escolar não pode privilegiar o modelo econômico vigente, mas sim, as pessoas que fazem parte desse sistema e, que necessitam um novo modo de relacionar-se com esse planeta. E por isso a educação é a estratégia necessária dado que possibilita a construção cultural dessa mudança.
59. Promover uma educação que comece pela epistemologia. A cultura molda o humano. E este faz e reproduz a cultura. Integração, respeito, cooperativismo. Cidadania planetária. Visão integrada para podermos lidar com o mundo. O conhecer do conhecer. Sentir, pensar, agir. A ação visando a emancipação do ser, mudança de cultura. Viver o amor, viver a paz, viver a sustentabilidade. Inserir os sujeitos da educação nos processos sociais. Um ser emocional que aprende ao se relacionar, com suas relações e conexões. Aprender com o outro. Temos sempre um objetivo material. Devemos buscar o nosso objetivo emocional (espiritual). Vivemos uma falta de conexão com o outro. Conectar a educação com o amor. Transcender seu saber e entender o outro. Aprender a história para poder falar sobre. Falta de planejamento. O progresso não pode ser desacompanhado da educação. Educação holística e inter e transdisciplinar. Aprendendo com o ambiente, a sustentabilidade emerge das relações dos seres que compõem aquele ecossistema. Do equilíbrio, emerge a sustentabilidade. Nada sabemos sobre a Rio+20. Fazer, então, com que a Rio+20 esteja relacionada com outros sentidos: amor, expressão corporal, etc. essenciais para a construção do indivíduo. A Educação deve ser baseada no respeito do amor, respeito ao Planeta, respeito ao Universo. Respeito Incondicional. Precisamos de uma Educação que valorize a vida. Biofilia: amor à vida. Precisamos de éticas que nos levem a sustentabilidade (educação ambiental).

## 5. AGRICULTURA

### DESAFIOS:

60. Promover a transição do modelo convencional de agricultura fundamentado na concentração fundiária, na monocultura e na dependência do uso de insumos agrícolas industriais, geradores da degradação da água, dos solos, dos alimentos e da diversidade biológica e cultural, para um modelo sustentável de base ecológica e familiar;
61. Garantir a soberania alimentar, a autonomia das comunidades sobre o sistema alimentar e produtivo, de forma a respeitar a cultura e os limites ambientais locais, contrapondo à lógica do modelo agrícola atual que privilegia exclusivamente a produção voltada para o mercado de commodities;
62. Garantir a viabilidade e rentabilidade da produção ecológica e familiar, bem como a comercialização de seus produtos;
63. Promover o consumo consciente, valorizando todas as etapas da cadeia produtiva do alimento e considerando seus pontos positivos e negativos;
64. Fornecer qualidade de vida ao meio rural, gerando maior atratividade à vida do campo, e evitando o êxodo rural;
65. Garantir o acesso à terra e a uma política fundiária com maior justiça social.

### SOLUÇÕES

66. Promoção e valorização da agrobiodiversidade na sua total importância ecológica, econômica e social como alternativa contra os problemas oriundos do modelo atual, como a utilização do “pacote tecnológico” composto de agrotóxicos, insumos, e sementes híbridas, causador da dependência do agricultor em relação às empresas, também responsáveis pela concentração de terras e a exploração da força de trabalho.
67. Elaboração de políticas públicas considerando os princípios da prevenção e precaução em relação ao uso de agrotóxicos e alterações genéticas dos alimentos.
68. Campanhas educativas alertando sobre os malefícios do uso de agrotóxicos e transgênicos, e de disseminação das vantagens dos orgânicos, assim como de técnicas ecológicas como adubação (compostagem), semeadura, germinação e colheita, práticas de melhor aproveitamento de alimentos e informações sobre os produtos da época;

69. Estímulo à produção de alimentos de forma descentralizada, incluindo agricultura urbana.
70. Implementar políticas públicas de subsídio aos produtos orgânicos e ecológicos, como forma de incentivo a sua produção e consumo, e garantindo a competitividade de seu preço no mercado, enquanto seja necessário afim de facilitar a transição do modelo de produção alimentar.
71. Desenvolver uma política pública adaptativa, de suporte ao agricultor na transição da produção para modelos sustentáveis, acompanhando esse processo, e dando o apoio necessário a quem se dispõe a fazer a transição.
72. Criação de um imposto verde sobre a produção agrícola que use agrotóxicos e outras técnicas prejudiciais ao ambiente, cuja arrecadação fosse direcionada a um fundo para questões ambientais, com base no princípio do poluidor pagador.
73. A inserção de produtos orgânicos nos planos de compra das instituições públicas, como, por exemplo, escolas e universidades, é uma forma de garantir demanda a essa produção, devendo também estar garantidos os preços para o agricultor envolvido, já que ele deve garantir a produção.
74. Incentivar o agroturismo ecológico, como forma de conscientização sobre a importância da agricultura ecológica e familiar, além de fornecer mais uma fonte de renda às famílias do campo.
75. Incentivar pesquisas científicas que busquem alternativas a agricultura convencional, fomentando um modelo sustentável de agricultura, construindo um novo paradigma, e aproximando o agricultor e a comunidade científica.
76. Reformar o foco das universidades para a busca de uma agricultura sustentável, redirecionando seu foco de produção de conhecimento de uma agricultura convencional para uma agricultura ecológica e humana. Seja em Pesquisa, Ensino e Extensão.
77. Facilitar a criação de normas sobre desenvolvimento de produtos e técnicas agrícolas ecológicas, afim de não entravar o uso deles.
78. Garantir a infraestrutura necessária para manter a qualidade de vida no campo, incluindo programas de saúde e educação.

## 6. ECONOMIA VERDE

### DESAFIOS:

79. Como desenvolver um sistema econômico que valorize os bens comuns e não mercantilize a natureza?
80. Como efetivar uma economia que promova o desenvolvimento de tecnologias e, ao mesmo tempo, valorize as experiências cooperativas e locais, em uma governança equitativa, não colocando a tecnologia como a solução para todos os problemas?
81. Como desenvolver tecnologias mais eficientes em termos ambientais?
82. Como disseminar e expandir as experiências locais que geram soluções para as problemáticas sociais, ambientais e econômicas?
83. Como desenvolver uma Cultura da Sustentabilidade preparando e capacitando as Sociedades Humanas para construir uma economia para o desenvolvimento sustentável, com uma quebra dos atuais paradigmas?
84. Como dar transparência por parte das empresas em relação aos produtos ofertados ao consumidor, incluindo suas pegadas ecológicas?
85. Como desenvolver Indicadores de mensuração que tratem a realidade dos países em termos de sustentabilidade? O IDH e o PIB não são indicadores adequados, pois não reflete a realidade de um país.
86. Como podemos ter governos mais forte e mais prudente no sentido de manter a biodiversidade?

### SOLUÇÕES:

87. A economia para o desenvolvimento sustentável deve ser uma economia verdadeiramente baseada na natureza, com princípios ecológicos, que busque compreender como a natureza funciona, respeite os seus ciclos e aplique isso nos seus sistemas. Se alguém quer praticar a sustentabilidade em qualquer esfera da vida deve pensar na natureza, pois ela é a mãe de todas as invenções e soluções.
88. A tecnologia e o desenvolvimento sociocultural devem andar juntos, com investimentos e esforços maciços e equitativos nestes dois eixos por parte do governo.

89. A tecnologia deve ser eco-eficiente, deve fazer mais com menos energia, otimizar os sistemas e os processos, e minimizar os desperdícios. Deve-se pensar em tecnologias baseadas em sistemas cíclicos, e desestimular os sistemas lineares que regem o atual modelo econômico, gerando grandes impactos no ecossistema. O princípio da precaução deve servir como guia no lançamento de novas tecnologias, para que a sociedade não corra o risco de sofrer os impactos desconhecidos de muitas tecnologias em expansão hoje, tais como: os transgênicos, a nanotecnologia, os agrotóxicos, a tecnologia *Terminator*, os agrocombustíveis, a biologia sintética, a vida artificial, a geoengenharia e a energia nuclear.
90. Explorar a grande riqueza das experiências locais e das práticas cooperativas, seguindo a lógica das pequenas ações, onde todos podem perder um pouco, ao sair de sua zona de conforto, mas no final todo mundo ganha, o planeta ganha. As práticas para o desenvolvimento sustentável devem ser aplicadas localmente, mas expandidas globalmente, no princípio que vai do local ao global.
91. Reconhecer o importante papel da educação na construção de uma economia para o desenvolvimento sustentável, pois ela é o pilar da nova consciência necessária no planeta. A educação deve trabalhar os sentimentos das pessoas, buscando a reconexão com a essência, a sacralização de tudo e de todos, com o intuito de mudar os atuais paradigmas, trazer um sentimento que realmente preencha as necessidades das pessoas, promovendo uma verdadeira satisfação do vazio que preenche a vida dos seres hoje. Uma alternativa é aumentar o investimento em programas educativos para a mudança sociocultural, como, por exemplo, destinar 30% do horário nobre televisivo para programas educativos.
92. Deve haver uma regulação efetiva da publicidade, de caráter informativo não enganador, para que os consumidores sejam bem informados sobre os produtos que colocam para dentro de suas casas. Ex. Pegada Ecológica, Selos Verdes, Certificações, Marketing Ambiental (verdadeiro, não greenwashing), etc.
93. Aumentar os subsídios para tecnologias limpas, e reduzir o subsídio das tecnologias e sistemas que vão contra o desenvolvimento sustentável, ao invés de investir no mais barato, o governo deve investir no mais ecologicamente eficiente; A sociedade deve estar consciente para eleger as pessoas certas.

## DEMANDAS CIVILIZATÓRIAS DO DIÁLOGO SOCIAL SOBRE:

### 7. GOVERNANÇA

#### DESAFIOS:

94. Como aumentar estratégica e qualitativamente a participação social na gestão das políticas públicas de bens comuns?

#### SOLUÇÕES:

95. Reestruturar o modelo de educação sob a ótica da cultura da sustentabilidade e conduzido pelas atitudes e condutas de frugalidade, de valorização da simplicidade de vida, da redução da carga horária de trabalho e de menor uso dos recursos ambientais.
96. Desenvolver um modelo de governança com características que englobem as dimensões social, política, econômica e ambiental, com foco nos bens comuns. Definir meios que permitam a sinergia entre as organizações governamentais e não governamentais.
97. Construir os processos de governança de forma pedagógica valorizando as pessoas e o seu pertencimento com o território. Empoderar as pessoas para um agir qualificado que garantam o equilíbrio das relações entre as gerações (atuais e futuras) e a natureza. Aumentar o investimento na educação da comunidade para o esclarecimento do que é a sustentabilidade. Ensinar a governança nas escolas.
98. Apoiar a formação e profissionalização da governança de modo institucional no sentido de mobilizar a sociedade para a participação ativa nas políticas públicas, com o direcionamento de recursos públicos para o desenvolvimento da governança local.
99. A reestruturação da política deve se basear na real representatividade das comunidades, onde os representantes eleitos seriam parte da comunidade e assim poderiam trabalhar para a melhoria das condições reais das mesmas. Ter o controle social validado pelos governos. Dimensionamento otimizado das cidades. Consideração da funcionalidade da comunidade como base para o planejamento territorial.
100. Valorizar o princípio da precaução e a necessidade de um organismo regulador. Considerar a ciência e a tecnologia como bens comuns. Gestão social dos bens comuns. Cooperação entre países, não somente mercado regulando. Sociabilizar a tecnologia mundialmente com patentes livres/sociais. Promover as mídias livres para acesso democrático à informação.

## 8. SÍNTESES TRANSVERSAIS.

101. As Sínteses Transversais são **elementos cognitivos de pertinência transdisciplinar** dos conteúdos tratados nos parágrafos de cada tema. Essas sínteses são emergências do conteúdo e estão presentes na maioria dos parágrafos. Foram identificadas três essências dessas emergências de conteúdo: uma diz respeito a conteúdos de natureza ética, a que chamamos de dimensão cultural da sustentabilidade. Outra diz respeito a conteúdos de natureza pedagógica, a que chamamos de dimensão pedagógica da sustentabilidade e, finalmente, foram identificadas essências transversais de natureza política, a que chamamos de dimensão política da sustentabilidade. Foram identificados 18 elementos cognitivos de pertinência transdisciplinar, um para cada tema e para cada dimensão (3 dimensões x 6 temas). Ao final, apresentam-se as três síntese transversais gerais, uma para cada dimensão de sustentabilidade.

### DIMENSÃO CULTURAL DA SUSTENTABILIDADE

102. AGUA E SANEAMENTO: A poluição, o desperdício e a exaustão das águas superficiais e subterrâneas e a falta de sistemas de saneamento (água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos) revelam a indiferença com que a humanidade está tratando esses bens comuns. Afirmamos a necessidade de considerar **a água e o saneamento como éticas de bens comuns da humanidade** e que a consciência do **cuidado e da proteção da água e dos sistemas de saneamento** é crucial para uma cultura da sustentabilidade. Da mesma forma afirmamos ser crucial **o entendimento e o respeito às leis** que estabelecem as políticas públicas de planejamento e gestão da água e do saneamento, e as formas legais de participação estratégica e qualificada das comunidades na governança local desses bens comuns.

103. PLANEJAMENTO E TERRITÓRIO: A degradação dos territórios mostra a indiferença das atuais gerações e sua dificuldade em proteger a natureza do Planeta e as pessoas para as gerações futuras. As **éticas do compromisso intergeracional e da cidadania planetária** abrem as perspectivas temporal e espacial da sustentabilidade e ampliam a participação cidadã dos jovens nos processos de planejamento e gestão dos territórios legais (bacias hidrográficas, educação ambiental, unidades de conservação, cidades, saneamento, mudanças climáticas). Os jovens trazem éticas cruciais para a abertura de novos paradigmas e a inovação necessária na construção da cultura da sustentabilidade, tais como a amorosidade, a honestidade, a cooperação, a beleza, a simplicidade, a futuridade, o respeito, o cuidado, a cidadania ambiental, a coragem, a dimensão planetária, entre outras.

104. EDUCAÇÃO E CULTURA: A cultura da indiferença é alimentada por uma formação educacional que tem no desencantamento do mundo sua principal episteme e prática pedagógica. Sem um reencantamento do mundo pela educação não chegaremos a uma cultura da sustentabilidade. Com a indiferença chegaremos sim ao colapso. E de uma forma mais veloz a cada dia. Afirmamos que uma **ética do reencantamento do mundo** permite pensar e praticar uma relação criativa entre educação e cultura no sentido de serem mais contextualizadoras, conectivas, ecológicas, humanizadoras, mediáticas, transdisciplinares, epistêmicas, inclusivas, inovadoras, cooperativas, amorosas, cuidadosas, estéticas, cidadãs.

105. AGRICULTURA: Todos os humanos, em especial as crianças, merecem uma alimentação saudável, orgânica, sem venenos, sem degradação do solo e das florestas, sem contaminação nem esgotamento das águas superficiais e subterrâneas, sem exploração e violência de crianças, idosos, mulheres e homens. Uma alimentação desse tipo implica e exige uma agricultura respeitosa com a natureza e com as pessoas. Reafirmamos que uma cultura da sustentabilidade terá na **ética da vida saudável** um de seus principais pilares de agregação social e movimentação econômica. A ética da vida saudável nos animará na direção da reconstrução de nossas universidades, economias e políticas de desenvolvimento.
106. ECONOMIA VERDE: A cultura da indiferença justifica a economia sem ética e sem limites que vivenciamos hoje no mundo. Já a cultura da sustentabilidade implica no desenvolvimento de uma economia respeitosa aos limites ecológicos da natureza e da biosfera, bem como à dignidade dos humanos envolvidos nos processos produtivos e no consumo. Uma economia que inclua o uso de estratégias cooperativas para o aproveitamento de bens comuns, a valorização das comunidades locais, tradicionais e de consumidores, e ainda, a utilização de indicadores de internalização dos impactos ambientais, tais como a pegada ecológica, a compensação por serviços ambientais e as políticas de transparências. Propomos uma ideia de economia verde que abra a possibilidade da discussão de uma **ética do reconhecimento dos limites naturais e humanos** na economia.
107. GOVERNANÇA: A cultura da sustentabilidade consolidará uma era histórica do bom senso entre os humanos e entre eles e a natureza do Planeta. A política e economia não mais poderão se apropriar dos bens comuns da humanidade e maneja-los de forma arrogante, desrespeitosa e ofensiva como vemos atualmente. Afirmamos que uma **ética da governança e do cuidado dos bens comuns**, com a valorização de suas respectivas leis e políticas públicas deverá consolidar um tempo no qual a participação estratégica e qualificada dos cidadãos fará frente à demanda de uma maior democracia e efetividade das políticas públicas de desenvolvimento sustentável, na construção de planos que sejam o melhor para todos, utilizando o recurso de pedagogias e estratégias cooperativas, metodologias de mediação de conflitos, comunidades de aprendizagem, bancos de economia de experiências e de melhores práticas, incluindo tecnologias sociais e ambientalmente respeitosas.

#### SÍNTESE TRANSVERSAL GERAL DA DIMENSÃO CULTURAL DA SUSTENTABILIDADE.

108. ***Não nos enganemos mais: sem uma emoção capaz de refundar o humano em toda sua plenitude de sentimentos, inteligência, espiritualidade, altruísmo, cooperação, honestidade, respeito, cuidado, proteção, coragem, gentileza, tolerância, criatividade e talentos não teremos uma cultura da sustentabilidade. Se não abrirmos um espaço educacional urgente e imediato para a formação humana nas éticas justificadoras de nossas ações e de nosso agir no mundo, vencerá a indiferença com o seu vazio de emoções. A cultura da sustentabilidade baseada na ética de emoções verdadeiras parece ser um bom caminho, senão o único, de nos afastarmos desta atual cultura da indiferença, do desamor e da arrogância. É aqui, na dimensão ética da cultura que devemos definir os limites e as conexões das diversas outras atividades humanas, a começar pela educação, política e economia.***

109. **RECOMENDAMOS À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, À UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, AOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS FEDERAL E ESTADUAL EM SANTA CATARINA, ÀS ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS E DEMAIS INSTITUIÇÕES COM RESPONSABILIDADES ÉTICAS NA SOCIEDADE A DEDICAREM ESFORÇOS NA CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA ROBUSTO DE DIÁLOGO, DISSEMINAÇÃO E FORMAÇÃO ÉTICA DE JOVENS, PROFESSORES E PROFISSIONAIS PARA UMA CULTURA DA SUSTENTABILIDADE, QUE INCLUA NO MÍNIMO AS SEIS ÉTICAS IDENTIFICADAS ANTERIORMENTE.**

## **DIMENSÃO PEDAGÓGICA DA SUSTENTABILIDADE**

110. **ÁGUA E SANEAMENTO:** A água está para o humano na mesma proporção que está para o Planeta. Nossos destinos estão determinados desde sempre. O que nós fizermos com a água estaremos fazendo com o Planeta e conosco mesmo. Esta é uma futuridade histórica que a cultura da indiferença não nos deixa reconhecer e valorizar em nosso cotidiano. Vivemos como se não fossemos feitos, nós e o Planeta, de 2/3 de água. Uma cultura da sustentabilidade com respeito à água e ao saneamento implica em uma **PEDAGOGIA DA ÁGUA, um programa educacional permanente de valorização das éticas dos bens comuns e das relações de pertinências entre o humano e a água e de ambos com o planeta.** O mesmo se pode dizer com a geração dos esgotos e dos resíduos sólidos e com os sistemas de drenagem das águas pluviais necessários à proteção das cidades. Essas relações de pertinências entre humanos, água e saneamento precisam ser construídas pela educação. Daí a importância decisiva da formação e capacitação humana de jovens, professores e técnicos na perspectiva de **uma educação para a sustentabilidade,** incluindo as habilidades no entendimento das leis e em tecnologias sociais e ambientalmente respeitadas relativas à água e ao saneamento.
111. **PLANEJAMENTO E TERRITÓRIO:** A cultura da indiferença gera pessoas com dificuldades de reconhecerem suas pertinências com a terra em que nasceu e com o Planeta que habita. Vivemos como se fossemos seres extraterrestres, sem uma pertinência física e uma afinidade espiritual com a Biosfera. A cultura da indiferença nada cultiva. De nada cuida. Com nada se solidariza. Apenas transita e degrada. Uma cultura da sustentabilidade implica em uma **PEDAGOGIA DO CUIDADO, um programa educacional permanente de valorização das éticas dos bens comuns, do compromisso intergeracional pela sustentabilidade e da cidadania planetária** qualificando as pessoas, em especial os jovens e as mulheres, para sua participação amorosa e solidária no planejamento e gestão dos territórios locais que ocupa e no cuidado e proteção do Planeta como nossa **MÃE-TERRA** e como nossa **TERRA-PÁTRIA.** Uma pedagogia do cuidado para os territórios legais de planejamento e gestão (*bacias hidrográficas, educação ambiental, unidades de conservação, cidades, saneamento, mudanças climáticas*) abre a perspectiva de uma **cidadania responsável,** com consciência na necessidade de economizar a experiência da degradação e de usar as melhores práticas mundiais para a mediação dos conflitos locais.

112. EDUCAÇÃO E CULTURA: É no âmago mais íntimo dos humanos que devemos procurar as emoções doadoras de sentido e justificadoras de nosso pensar, sentir e agir no mundo. A missão da cultura e da educação é gerar e alimentar essas emoções formadoras do humano. Aqui reside o núcleo de virtuosidade de nossos problemas civilizatórios: a cultura da indiferença não gera nem alimenta nenhuma emoção fundadora do humano. Ela simplesmente esvazia o humano de emoções. E o deixa a deriva em seu devir. Uma cultura da sustentabilidade implica em uma **PEDAGOGIA DO ENCANTAMENTO, com um programa educacional permanente de valorização das éticas, das leis e das melhores práticas como FONTE de contextualização e aproximação ao tema da sustentabilidade.** A perspectiva do reencantamento da pedagogia abre o espaço da valorização dos profissionais da educação e da cultura nesta busca urgente de pontos de bifurcação civilizatória.
113. AGRICULTURA: Uma cultura da sustentabilidade terá na **saúde integral do humano com o Planeta** um de seus paradigmas principais. E a produção dos alimentos é o elemento central desta saúde, pois agrega tanto a qualidade dos produtos como a dos processos produtivos. Irmos ao encontro de uma sociedade sustentável significa a redefinição da qualidade dos alimentos que ingerimos e a forma como eles são produzidos, reduzindo a indiferença no uso de venenos, perda do solo, redução das florestas, poluição das águas e exploração das pessoas. É preciso a afirmação de novos e robustos programas de ensino, pesquisa e extensão para a formação de jovens, cientistas e agricultores no desenvolvimento e utilização de tecnologias respeitosas da natureza e das pessoas. Trata-se de afirmar uma **PEDAGOGIA DA TERRA, com um programa educacional permanente de valorização das éticas ecológicas da natureza e das éticas culturais dos humanos,** a começar pela compreensão dos ciclos naturais, proteção da água e do solo, bio dinâmica das plantas, cultivo e preservação de sementes, saneamento rural, entre outros saberes locais e mundiais.
114. ECONOMIA VERDE: A grande oportunidade pedagógica da economia verde está na inserção dos resultados da Rio+20 nos processos de formação de jovens. Uma expectativa promissora é a da inovação tecnológica e metodológica para a identificação, reconhecimento e inserção dos impactos ambientais dos produtos e processos produtivos em suas respectivas economias. A utilização de indicadores de pegada ecológica dos produtos e serviços deverá se constituir num elemento de alto valor pedagógico, seja na escolha ou mesmo mudança de produtos e hábitos pelos consumidores. A economia verde diz respeito ao reconhecimento da insustentabilidade da produção de mercadorias e serviços no mundo. E o valor financeiro desta produção material é menos de 10% do montante de dinheiro que circula num dia no Planeta. Os 90% restantes fazem parte da movimentação virtual dos mercados de ações. Aqui reside o núcleo duro da indiferença com o Planeta e as pessoas. Numa cultura da sustentabilidade, mercados reais e virtuais devem ser objetos de uma **PEDAGOGIA DOS LIMITES, com um programa educacional permanente de valorização das éticas de reconhecimento dos limites da natureza e da dignidade humana.** A economia deve estar a serviço da cultura e não o contrário.

115. GOVERNANÇA: A cultura da sustentabilidade deverá consolidar a governança local como a inovação política de empoderamento das comunidades com o aumento da democracia e da efetividade das políticas públicas de desenvolvimento sustentável, fazendo frente ao fracasso da política local em virtude da globalização da economia. Esta governança local tem na ética dos bens comuns seu cerne principal. Daí seu processo ser tanto político como pedagógico. Uma **PEDAGOGIA DA GOVERNANÇA DOS BENS COMUNS, com um programa educacional permanente de valorização da ECONOMIA DA EXPERIENCIA e das COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM** deverá se constituir em um atrator de formação e capacitação de técnicos e líderes sociais. A governança local da sustentabilidade é um processo pedagógico e político, mas também cultural, no qual a experiência de cada um e a aprendizagem das leis e das melhores práticas é contextualizada pelos sentimentos de pertinência e afinidade das pessoas com a natureza e a cultura local e regional.

#### SÍNTESE TRANSVERSAL GERAL DA DIMENSÃO PEDAGÓGICA DA SUSTENTABILIDADE.

116. *Não nos enganemos mais uma vez: sem uma pedagogia que nos reencante para a valorização das emoções, ficaremos somente com a razão instrumental para mediar nosso agir no mundo. É a pedagogia do encantamento que poderá nos formar numa razão substantiva capaz de nos dar justificativas humanistas e emocionais para a valorização dos meios frente aos fins. É preciso que se afirme: a cultura da sustentabilidade é aquela na qual nenhum fim justifica os meios degradantes e desumanizadores às escalas globalizantes e homogeneizantes como as que estamos vivendo hoje.*
117. **RECOMENDAMOS À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, À UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, AOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS FEDERAL E ESTADUAL EM SANTA CATARINA, ÀS ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS E DEMAIS INSTITUIÇÕES COM RESPONSABILIDADES EDUCATIVAS NA SOCIEDADE A DEDICAREM ESFORÇOS NA CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA ROBUSTO DE DIÁLOGO, DISSEMINAÇÃO, FORMAÇÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA DE JOVENS, PROFESSORES E PROFISSIONAIS PARA UMA CULTURA DA SUSTENTABILIDADE, QUE INCLUA NO MÍNIMO AS SEIS PEDAGOGIAS IDENTIFICADAS ANTERIORMENTE.**

## DIMENSÃO POLÍTICA DA SUSTENTABILIDADE

118. AGUA E SANEAMENTO: Uma cultura da sustentabilidade com respeito à água e ao saneamento implica em uma maior efetividade das políticas públicas desses setores em nível municipal. A coleta e o tratamento dos esgotos produzem uma imediata e visível melhoria da qualidade das águas superficiais e serve de estímulo para toda a sociedade, com implicações positivas na saúde, no trabalho, no turismo, na identificação e controle das demais fontes de poluição e mesmo na recuperação da cobertura vegetal e na própria arrecadação de impostos. O desafio político deste cenário é o aumento e a permanência dos esforços da comunidade nas atividades de governança local desses bens comuns, através de **um programa de empoderamento das comunidades para a governança local da sustentabilidade**, incluindo a construção de leis, políticas e sistemas ambientais municipais em sinergia com as leis setoriais maiores, com as fontes de financiamento público e as políticas de compensações ambientais para a proteção, o cuidado e a gestão social da água e das obras de saneamento, além da aprendizagem de tecnologias sociais e ambientalmente responsáveis.
119. PLANEJAMENTO E TERRITÓRIO: Uma cultura da sustentabilidade com respeito ao planejamento do território implica em uma maior efetividade das políticas públicas desses setores em nível municipal. A participação estratégica e qualificada da comunidade tem encontrado muitas dificuldades de ser aceita pelos organismos públicos responsáveis pela condução dos processos de governança local desses territórios. Ainda se vive um ambiente de conflitos ideológicos e de interesses econômicos que dificulta a utilização de estratégias cooperativas, dinâmicas de convergência legal, metodologias de mediação de conflitos e a construção de planos que sejam melhores para todos, a partir de consensos mínimos crescentes. Existe um histórico justificado de desconfianças. O desafio político deste cenário é vencer o cansaço e o desânimo provocado por esse déficit de efetividade política através de um **programa de capacitação de jovens, funcionários públicos e lideranças comunitárias envolvidas com a governança local desses territórios legais** (bacias hidrográficas, educação ambiental, unidades de conservação, cidades, saneamento, mudanças climáticas) com o objetivo de criar novas habilidades no uso das éticas, leis, pedagogias, teorias, tecnologias e conteúdos da cultura da sustentabilidade.
120. EDUCAÇÃO E CULTURA: A educação e a cultura da sustentabilidade encontram no espírito humano e humanizador das cidades sua maior dimensão de resultados. E isso acontece quando as escolas viram cidades e conseguem formar cidadãos e as cidades viram escolas e conseguem educar as pessoas. A cultura da sustentabilidade precisa de escolas e cidades educadoras. Escolas com salas de aulas, laboratórios e espaços encantados e professores encantadores e diretores líderes. Cidades com ruas, calçadas, ciclovias, praças, parques, natureza seguros, sagrados, cuidados e com dirigentes éticos, comprometidos, pedagógicos. O desafio político deste cenário é vencer a episteme do desencanto do humano, do mundo, da política, da cidade e da educação através de um **programa político-pedagógico de reencantamento do mundo pela educação e cultura**, no qual se possam trabalhar todas as éticas, pedagogias e tecnologias da sustentabilidade, a começar pela construção da relação de conectividade entre os humanos e entre estes e a natureza do Planeta, a ser implantado de forma integrada pelas escolas e cidades.

121. AGRICULTURA: Uma política de agricultura sustentável que integre as diversas políticas e instrumentos setoriais de financiamento, distribuição, acesso à terra, incluindo a valorização dos saberes e experiências das comunidades rurais e tradicionais é um dos maiores desafios da sustentabilidade no mundo. A base fundamental para esta nova realidade já existe e precisa ser protegida, pois está ameaçada pela agricultura monopolista e globalizada. Trata-se da propriedade agrícola familiar. Mais de 50% dos alimentos no mundo é produzida pela agricultura familiar. A dimensão política da sustentabilidade na agricultura, em termos de políticas públicas, pode ser visualizada por um **programa de desenvolvimento de pesquisa, de formação e de financiamento sobre e para a agricultura sustentável familiar, com o foco imediato na fixação de milhares e milhões de jovens agricultores em todo o mundo.**
122. ECONOMIA VERDE: A transcendência das demandas civilizatórias em torno da economia verde revela críticas ideológicas e reclamos éticos que nos levam a pensar numa matriz multiversa de economias saudáveis, ambientalmente respeitadas com as pessoas e a natureza. Por que ter somente um estilo (e insustentável) de economia? Se estamos cada dia mais avançando para uma diversificação das matrizes energéticas e tecnológicas, por que não pensar também na complexificação da matriz de economia das nações? Já sabemos que a sustentabilidade de um sistema é determinada em função do número de suas relações, ou seja, de sua complexidade. Assim poderíamos ter a economia verde, a economia solidária, a economia responsável, a economia ecológica, a economia solar, a economia extrativista sustentável, a economia equitativa a economia cognitiva, etc. Uma prática política nesta direção poderia ser estimulada por um **programa permanente de pesquisa, valorização, financiamento público e disseminação de economias sustentáveis,** que realize a aglutinação, a aprendizagem e uma economia de experiência nacional e mundial sobre os resultados destas diversas experiências econômicas, organizadas na forma de um banco de experiências e melhores práticas a disposição das escolas e comunidades.
123. GOVERNANÇA: A emergência das demandas civilizatórias do tema da governança nos remete ao reconhecimento de uma dialógica crucial que a política da sustentabilidade deverá transcender para sua efetivação. De um lado temos o esvaziamento da capacidade de determinação política do local pela concentração do poder mundial nas operações da globalização. Por outro lado, na mesma dimensão local, observa-se um reclamo cada vez maior das comunidades por participação e efetivação das políticas públicas de bens comuns e as garantias constitucionais de qualidade de vida, às quais a globalização não reconhece jamais. A governança local, em se distinguindo da 'boa governança' proposta pelas organizações e interesses da globalização, surge como **um programa de respostas políticas e instrumentos de inovação do processo democrático de viver,** com a afirmação de métodos participativos, pedagógicos e estratégicos, além de mediadores e valorizadores das experiências de vida, na implementação de políticas públicas de bens comuns.

#### SÍNTESE TRANSVERSAL GERAL DA DIMENSÃO POLÍTICA DA SUSTENTABILIDADE.

124. *Não nos enganemos por uma última vez: sem uma inovação política da democracia, ficaremos somente com o vazio de poder na dimensão local do mundo, provocado pela globalização da cultura da indiferença. Esta inovação política da democracia facilitará uma transição à cultura da sustentabilidade. São duas as inovações políticas que precisamos consolidar, pois elas já estão disponíveis no mundo: a primeira diz respeito à democracia participativa que complementa e dinamiza a democracia representativa. E a segunda inovação diz respeito à legitimação (mediante leis) dos instrumentos da participação da sociedade, que em seu conjunto formam a governança local de políticas públicas de bens comuns.*

#### SÍNTESE TRANSVERSAL GERAL DA DIMENSÃO POLÍTICA DA SUSTENTABILIDADE.

125. *RECOMENDAMOS À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, À UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, AOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS FEDERAL E ESTADUAL EM SANTA CATARINA, ÀS ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS E DEMAIS INSTITUIÇÕES COM RESPONSABILIDADES POLÍTICAS NA SOCIEDADE A DEDICAREM ESFORÇOS NA CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA ROBUSTO DE DIÁLOGO, DISSEMINAÇÃO, FORMAÇÃO E PRÁTICA POLÍTICA DE JOVENS, PROFESSORES E PROFISSIONAIS PARA UMA CULTURA DA SUSTENTABILIDADE, QUE INCLUA NO MÍNIMO OS SEIS PROGRAMAS POLÍTICOS IDENTIFICADOS ANTERIORMENTE.*



## ACORDO INICIAL - COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE PARA A RIO+20 E CÚPULA DOS POVOS

Duas décadas se passaram, desde a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO92, realizada no Rio de Janeiro, Brasil.

Mesmo transcorrido todo esse tempo, ainda há muito o que se fazer pelas questões socioambientais mundiais. E, esse dever implica em um compromisso, que tem sido assumido por diferentes gerações, e que agora, em virtude da Rio+20, precisa ser reassumido.

Em, 22 de março de 2012, nas dependências da Universidade Federal de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis/SC, gerações se reuniram para reafirmar o compromisso de buscar meios para conciliar o desenvolvimento sócio-econômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra e também em reforçar a determinação em compor e mobilizar o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20, bem como dos valores éticos com os quais pretendemos animar e mediar a vida deste Comitê, para todas as pessoas, organizações e instituições que dele participam ou venham a participar:

- ✓ Da **cooperação** no agir institucional e pessoal, sempre recordando que neste acordo não cabe competição entre os participantes;
- ✓ Da **sustentabilidade** em todas as ações, lembrando que a celebração desse acordo não ocorre para degradar ainda mais a natureza e a sociedade;
- ✓ Da **solidariedade** entre as gerações atuais e as futuras com e pelo firme propósito de trabalhar por um mundo melhor para os nossos filhos, nossos netos, dos filhos destes e para nós mesmos.

E, na condição de **cidadão/organização/instituição parceir desse Comitê Catarinense**, concordarmos com a prática das três éticas acima listadas e por ser a expressão de nossos sentimentos de amor à nossa terra, à nação brasileira, aos nossos irmãos planetários, firmamos e convidamos os presentes e futuros participantes a firmarem este acordo.

Florianópolis/SC, 22 de Março de 2012

Assinaturas.....

## **AS TRÊS ÉTICAS DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

- 1.** O conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) foi proposto pela Comissão Mundial de Desenvolvimento e Ambiente das Nações Unidas em 1.987. Em 1.992 ele foi ratificado por 147 nações do mundo na II Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Ambiente, no Rio de Janeiro. Desde então, lideranças políticas, sociais, econômicas e técnicos, gestores e cientistas tem se esforçado para compreender as implicações das inovações que sua aplicação na prática tem demandado. Esta valorização pedagógica do conceito vem neste sentido: tentar explicitar as éticas do conceito entendendo-as como as emoções verdadeiras sentidas por uma pessoa ao praticar o conceito.
- 2.** O conceito de DS possui duas éticas explícitas, fáceis de serem sentidas e visualizadas por qualquer pessoa. A primeira emerge da associação intergeracional, quando propõe um compromisso de sustentabilidade a ser assumido pelas gerações atuais com as gerações futuras. É a **ÉTICA DA SOLIDARIEDADE**. A solidariedade é a emoção do partilhar, do doar e pressupõe uma economia prévia, uma poupança. Não se pode doar o que não se tem. Com esta ética o DS está propondo que deixemos um mundo melhor como legado para os que virão. Trata-se portanto de colocar-nos de acordo sobre a construção deste legado e de como todos poderão participar. A ética de solidariedade com as gerações futuras **implica** numa solidariedade entre as próprias gerações atuais, de modo a reduzir a indiferença humana, causa maior da degradação da natureza, da violência de nossas sociedades e da dificuldade das pessoas em usufruírem uma melhor qualidade de vida.
- 3.** A segunda ética emerge do objeto da solidariedade com as gerações futuras, o ambiente. Mais precisamente a natureza que ocupamos e a cultura com a qual nos servimos dela para viver. É a **ÉTICA DA SUSTENTABILIDADE**. A sustentabilidade é a emoção de colher o fruto, de plantar a semente, de cultivar a maturidade, sempre com a consciência de não esgotar as fontes. Esta consciência, entretanto, não está impressa no código genético do vivo. Ela é uma emergência, uma resultante do viver em conjunto. O DS, ao propor relações sustentáveis entre as atuais gerações e a natureza, está propondo que aprendamos a usufruir da natureza conhecendo e preservando seus limites ecológicos e suas dimensões organizacionais. A ética da sustentabilidade **implica** numa adequação ecológica e cultural de nossa cultura de planejamento e gestão dos territórios, de modo a reduzir a arrogância econômica e a intolerância política, causas maiores da geração e perpetuação dos conflitos ambientais e sociais.

4. A terceira ética do DS, ao contrário das duas primeiras, está implícita, sendo menos fácil de ser sentida e visualizada. Talvez aqui resida a principal explicação das dificuldades de construção do DS. Existe um caminho a ser percorrido entre a primeira e a segunda ética. Com facilidade nos colocamos de acordo em sermos solidários com nossos filhos e netos, bem como em trabalharmos para deixar-lhes um mundo melhor, mais pacífico, justo e sustentável. Entretanto, temos muitas dificuldades de nos colocar de acordo sobre como fazer isto de forma coletiva. Ou simplesmente não sabemos como fazer. A terceira ética do conceito de DS diz respeito à emoção fundadora deste **como fazer, de como trilhar o caminho entre a solidariedade e a sustentabilidade. É a ÉTICA DA COOPERAÇÃO.** A cooperação (co-operar-ação) é a ação de operar em conjunto. É a lógica de operação de todos os sistemas naturais sustentáveis. Ela não exclui a competição, mas esta é um comportamento menor e circunstancial, nunca determinante e exclusivo. Esta terceira ética é uma emoção do tipo pedagógica, quando se sente que estamos indo bem, que teremos um bom resultado, mas que estamos num processo, em construção, caminhando e que o futuro não está determinado, apenas almejado e protegido. Esta terceira ética, ao tratar do caminho, nos diz apenas que ele deverá ser realizado com todos os interessados, com todos os participantes, com todos aqueles que têm o compromisso com as suas gerações futuras. Trata-se apenas de garantir uma forma de participação, de aprender a ouvir a opinião do outro, mesmo que com ela não se concorde, de dar-se os tempos necessários a que todos possam se inserir de forma qualificada no processo e nele possam influir estrategicamente e que hajam indicadores que possam avaliar e criticar tanto o processo quanto os resultados. Nós já temos hoje o marco legal desta participação qualificada e estratégica. Ela está nos fundamentos das leis federais que estabelecem as políticas públicas de bens comuns e de DS em nosso País. Seus principais instrumentos são os conselhos municipais, comitês de bacias e demais conselhos gestores. O avanço depende agora de encontrarmos tempo, recursos e motivação pessoal e política para aprendermos a conceber, contextualizar e praticar ações consensuais em conjunto.

Texto elaborado por Daniel Silva em 23 de julho de 2008. Florianópolis, SC.  
GTHidro/ENS/CTC/UFSC. ([www.gthidro.ufsc.br](http://www.gthidro.ufsc.br); [daniel@ens.ufsc.br](mailto:daniel@ens.ufsc.br)).